



UNIDADE REGIONAL ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 127ª reunião, realizada em 31 de março de 2016

1 Em 31 de março de 2016, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do Conselho
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), no Auditório SEST/SENAT, em
4 Divinópolis, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes: o presidente o presidente José Oswaldo Furlanetto, da Secretaria
6 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD);
7 Valério Mendes Rezende, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
8 Abastecimento (SEAPA); Lucélio Nativo Assunção, da Secretaria de Estado
9 de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Giovanardi Marco Alves, da
10 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
11 (SEDRU); 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira, da Polícia Militar de
12 Minas Gerais (PMMG); Flávia Alves de Assunção Rodrigues, da
13 Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (PGJ); Flávia
14 Maria Mourão, da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG; Roberto Soares
15 Nogueira, do Comitê de Bacia Hidrográfica do entorno dos afluentes do Alto
16 São Francisco; Túlio Pereira de Sá, da Federação das Indústrias do Estado
17 de Minas Gerais (Fiemg); Edécio José Cançado Ferreira, da Federação da
18 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Camilo de Lelis
19 André Melo, da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
20 Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS);
21 Heloisa Cristina Notini Greco, da Associação Brasileira de Engenharia
22 Sanitária (ABES); Marcos Antônio Veloso, do Conselho Regional de
23 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Lessandro Gabriel da
24 Costa, da Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Anaximandro
25 Lourenço Azevedo Feres, da Pontifícia Universidade Católica de Minas
26 Gerais (PUC) e Mário da Silva Oliveira do Conselho Municipal de meio
27 ambiente, Codema Pains. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
28 **NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Bom dia,
29 bom dia a todos e a todas. Antes, porém de fazer a abertura dessa reunião,
30 eu vou passar para o José, que é da Diretoria Jurídica da Supram Alto São
31 Francisco, para que seja dada a posse para a Conselheira Heloísa.” José
32 Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica da Supram/ASF: “Bom dia. Em
33 nome do Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente, Nalton Sebastião
34 Moreira da Cruz, representado pelo José Oswaldo Furlanetto, damos posse à
35 titular representante da ABES, Heloísa Cristina Notini Greco.” **2)**
36 **ABERTURA.** O Presidente José Oswaldo Furlanetto declarou aberta a 127ª
37 Reunião da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco. Presidente

38 José Oswaldo Furlanetto: “Retornando então bom dia a todos e a todas, bom
39 dia aos Conselheiros, queria primeiro agradecer a presença dos
40 Conselheiros e Conselheiras, dar boas-vindas à nova membra do Conselho,
41 Heloísa, bom dia aos empreendedores, aos consultores, aos servidores da
42 Supram Alto São Francisco. Declaro então aberta a 127ª Reunião Ordinária
43 da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco do Conselho Público
44 Estadual de Política Ambiental, COPAM. Declaro então, aberta esta reunião
45 em nome do Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e
46 Desenvolvimento Sustentável, Doutor Nalton Sebastião Moreira da Cruz.
47 Passamos então para comunicado dos Conselheiros e assuntos gerais, e aí
48 eu tenho uma comunicação. Que na reunião anterior, na 126ª, foi pedido
49 pelos Conselheiros, por esse Conselho, para a Supram Alto São Francisco,
50 uma relação dos municípios que teriam aterros sanitários regularizados. Isso
51 foi feito e encontra-se sobre a mesa a frente de cada um esta relação.
52 Passamos então, para o item três, comunicado dos Conselheiros, e assuntos
53 gerais. A palavra está aberta.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
54 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Giovanard Marco Alves: “Gostaria de dar
55 boas-vindas à Conselheira Heloísa. Já é do meu conhecimento o caráter
56 profissional da mesma, e que você tenha, neste Conselho, um bom
57 desenvolvimento quanto você tem na vida profissional. Obrigado.”
58 Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Da mesma forma também
59 cumprimentar a posse dessa nova Conselheira, que é uma conterrânea
60 nossa, conhece a região, e com certeza com os seus conhecimentos vai
61 trazer, vai agregar muito valor a esse nosso núcleo. E a respeito dos aterros,
62 só uma dúvida que me surgiu aqui, é que consta que Divinópolis tem um
63 aterro particular, e o aterro que a prefeitura estava licenciando já há muitos
64 anos, já está quase terminando, ele não entrou na conta por quê? Parou o
65 aterro da prefeitura ou como é que ele ficou? Por que ele já estava, inclusive
66 ele tem várias ações do Ministério Público a respeito desse aterro, e só por
67 curiosidade.” Stela Rocha Martins, Diretoria Técnica Supram/ASF: “Em
68 relação a esse aterro, eu não sei realmente responder, foi o Guilherme que
69 fez o levantamento, aí na próxima reunião eu posso trazer a resposta.”
70 Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Com certeza existe esse aterro, já
71 estava em parte final de licenciamento, e é até bom que nós ficamos
72 sabendo da posição dele com o município, eu te agradeço.” Conselheiro
73 Edécio José Cançado Ferreira: “Quero fazer das palavras do Geovandro e
74 do Camilo minhas palavras, desejar à nova Conselheira um trabalho frutífero
75 aqui, e tenho certeza que a atuação dela será de grande valia para esse
76 Conselho. Muito obrigado, um bom dia a todos.” Conselheiro Lessandro
77 Gabriel da Costa: “Bom dia a todos, desejar boa vinda à nova amiga
78 Conselheira, sinta-se em casa, nós somos uma família aqui. Sobre o
79 levantamento dos aterros regionais, na semana passada eu recebi em Lagoa
80 da Prata a Técnica da FEAM, a Fabiana, que fez um trabalho na região em

81 alguns aterros ali da região do Alto São Francisco, a qual também eu presido
82 o Comitê da Bacia dos Afluentes do Alto São Francisco. E pelo que eu estou
83 vendo aqui na nossa relação me parece que tem um erro aqui, já peguei aqui
84 de momento e já olhei algum momento aqui de um erro. Porque aqui que fala
85 no processo de licenciamento do aterro de Bambuí, está o processo
86 formalizado, está licenciado, o primeiro quadrinho lá em cima da página do
87 mapa.” Não se identificou: “Conselheiro, com todo respeito, me parece que
88 lixão não tem licenciamento não.” Conselheiro Lessandro Gabriel da Costa:
89 “Pois é, então aqui na planilha fala que está licenciado, então o quê que está
90 licenciado, se lá é lixão? Inclusive ela esteve lá nessa visita dela, acho que
91 pode ser confirmado através dela lá na FEAM, não é? Que esse lixão do
92 município de Bambuí, que fica às margens da rodovia do lado da linha férrea
93 da rede ferroviária, ele queima dia e noite, então quer dizer, um primeiro erro
94 que eu vi aqui de imediato, não vou dizer os outros aqui por que eu não tive
95 tempo de dar uma analisada. E dentro desse relatório também que ela pôde
96 fazer no município de Lagoa da Prata, que lá nós temos, aqui o nosso está
97 licenciado, ela pôde constatar em uma visita de quase uma manhã inteira
98 com a gente lá em Lagoa da Prata, na região lá. Ela andou toda... Assim
99 alguns municípios ali da região, e até ficou surpresa porque Lagoa da Prata,
100 não porque nós estamos lá e queremos que isso venha a expandir para os
101 outros municípios, ela ficou muito surpresa com o aterro sanitário de Lagoa
102 da Prata, que hoje é administrado pela empresa Vina, que ela sentiu-se,
103 nesse aterro, um dos melhores aterros de Minas Gerais; ela falou que lá é
104 um modelo, nós precisamos levar escolas, faculdade. Por que realmente o
105 nosso amigo Conselheiro tem levado a faculdade lá de Formiga para visitar o
106 nosso aterro sanitário e realmente lá merece mesmo ser mostrado para a
107 população que não é, que nós somos melhores do que ninguém, não
108 queremos ser, nós queremos ser um exemplo para a região, mas que os
109 outros municípios possam buscar essa, essa forma que Lagoa da Prata hoje
110 vem administrando isso, e não é de agora, isso já vem já há mais de dez
111 anos, que Lagoa da Prata vem trabalhando nesse sistema lá, e que
112 realmente a gente fica muito feliz por estar lá junto ajudando a administrar o
113 município e administrando também toda a região no Comitê de Bacia, mas
114 que alguns municípios realmente deixam a desejar. Aqui próximo à 262
115 quando a gente passa naquele trevo ali de, chegando em Nova Serrana que
116 vai para Leandro Ferreira, ali claramente, do lado de quem vem do sentido
117 de Bom Despacho, claramente do lado esquerdo ali a gente vê um lixão a
118 céu aberto à margem da rodovia queimando dia e noite também. E não é de
119 hoje que aquilo ali está queimando, não é de hoje que o governo vem
120 cobrando dos nossos municípios que eles tenham maior empenho nessa
121 questão dos nossos resíduos. E eu acho que daqui para frente indiferente de
122 crise, indiferente de que os municípios estão passando por uma dificuldade
123 muito grande, por que acho que recurso tem, por que a gente tem visto muito

124 recurso também entrar aí nos municípios, não é? A gente vai ter que criar
125 alguma forma, porque acho que da situação que está aqui que os dois vilões
126 hoje que a Bacia do São Francisco enfrenta é o esgoto e o lixo; a falta de
127 respeito da população também às vezes de jogar esse lixo de qualquer forma
128 em beira de rodovia ou em lugares baldios, mas eu acho que um trabalho de
129 educação ambiental bem feito também com o estado, junto com a população,
130 junto com as escolas, junto com as pessoas nós vamos conseguir combater
131 esses dois vilões que nós temos. E aproveitando a deixa aqui, gostaria
132 também de convidar aos municípios, aos Conselheiros, que Lagoa da Prata
133 hoje também é uma referência na estação de tratamento de esgoto, que é a
134 única estação de tratamento de esgoto em toda a Bacia do Rio São
135 Francisco que trata 100% do esgoto, nós inauguramos a nossa ETE lá de 32
136 milhões, com recursos oriundos do Governo Federal, e também que está
137 assim, como se diz, em todo o vapor. E dentro dessa ETE aonde que era,
138 onde se existia a lagoa, onde existe a Lagoa Verde, também teve aquela
139 mortandade de peixe que foi alvo de mídia do ano passado também nas
140 redes aí da região, morreu mais de cinco mil toneladas de peixe, e morria
141 sempre, todo ano. Lá foi ser construído inclusive com todo o apoio da
142 Supram no licenciamento uma escada de peixe também que hoje é modelo,
143 talvez de repente para a nossa região na questão da Piracema, e que esse
144 ano foi um sucesso. Eu não vou me alongar porque várias outras questões
145 dentro de Lagoa da Prata também têm sido exemplo como a sede que foi
146 construída por uma associação de catadores, que é a ASCALP, não é? Mas
147 que Lagoa da Prata está de portas abertas, e que se esse erro persiste aqui
148 nessa nossa lista, que talvez de repente tem outros, a gente pudesse
149 averiguar realmente para que lá na frente a gente possa julgar alguma coisa
150 aqui que está errada aqui no papel. Então eu fico feliz de estar recebendo
151 isso aqui da Supram, dos técnicos, eu acho que é um trabalho também, não
152 é fácil, gente, fazer esse levantamento, que a gente sabe a dificuldade que
153 enfrenta hoje o estado de poder deslocar um técnico de Belo Horizonte de
154 ficar como a nossa amiga ficou na região ali fazendo algum tipo de
155 levantamento nesse sentido. Não sei se foi para essa finalidade aqui da
156 Supram, mas que ela esteve lá, a Fabiana esteve lá em Lagoa da Prata, uma
157 técnica muito bem preparada pelo que eu vi lá do trabalho dela que ela
158 desenvolveu lá. Mas a gente deixa isso de portas abertas, realmente acho
159 que o caminho é esse. Mesmo que as prefeituras não consigam fazer, mas
160 vamos mandar a fiscalização sim, vamos pressionar, acho que não precisa
161 nem que multar, mas que pressionar o pessoal que realmente, porque a
162 gente sabe a dificuldade de todos os municípios, mas que cada um buscasse
163 essa viabilidade de construir as coisas da forma certa. Porque o que a gente
164 está vendo, inclusive agora recentemente, até gostaria encerrando também,
165 em deixar para os municípios aqui, tenho ligado para alguns municípios
166 como o Mário lá em Pains, alguns outros municípios aí. O plano de

167 saneamento também que é uma exigência do Governo Federal, que apesar
168 que também já protelou, já passou do prazo e já prorrogou o prazo para o
169 Plano de Saneamento dos Municípios, que o município que não tiver o plano
170 de saneamento ele não receberá recursos oriundos ao Governo Federal a
171 partir do ano que vem. E que o Comitê Federal do Rio São Francisco
172 também no seu site lá hoje, quem abriu o site do Comitê Federal do São
173 Francisco, existe uma demanda espontânea, para que os municípios que
174 não tenham plano, o Comitê Federal do São Francisco através da GB Peixe
175 Vivo, vai estar financiando esses planos. Lagoa da Prata foi contemplada,
176 Moema e Bom Despacho já foram contemplados com o recurso do Plano de
177 Saneamento aprovados através do Comitê do São Francisco, através da
178 cobrança da água, do uso da água do Rio São Francisco. Então acho que
179 essa importância é bom a gente também estar levando para os senhores
180 aqui, que vocês possam passar para os seus municípios, que se tiver essa
181 necessidade está aberto essa fonte de recurso lá no Comitê do São
182 Francisco. Obrigado.” Stela Rocha Martins, Diretoria Técnica Supram/ASF:
183 “Só deixar claro que o levantamento foi feito apenas por consulta ao SIAM,
184 então provavelmente esse município que você falou, Bambuí, não é?
185 Provavelmente ele está realente regularizado através de AAF, só que AAF
186 como não tem vistoria, é só análise documental, então provavelmente é um
187 lixão que está regularizado com AAF. Então cabe, a gente pode até
188 comunicar à fiscalização e pedir para vistoriar, no caso suspender ou tomar
189 as providências cabíveis. Então eu vou pedir assim, para vocês analisarem o
190 documento elaborado, na próxima reunião também eu peço ao Guilherme
191 que foi o gestor que elaborou, aí ele vem na reunião e tira as dúvidas que os
192 Conselheiros tiveram.” Conselheiro Lessandro Gabriel da Costa: “Só, por
193 favor, só pela ordem, deixa eu só concluir, poderia? Eu gostaria que fosse
194 possível a Supram comunicasse com a Fabiana, por que inclusive ela
195 também ficou muito surpresa, assim assustada, não surpresa, assustada
196 com a situação que se encontrava esse lixão no município de Bambuí, o
197 lixão do município de Bambuí. Então assim, a gente já tem um passo, nós
198 recebemos esse documento aqui agora e tal, eu olhei aqui agora nesse
199 momento, não tive essa oportunidade de estar olhando isso antes, mas que
200 a gente viesse, vim a essas informações que realmente possa estar
201 acontecendo o que você passou para nós, para que realmente a gente possa
202 dar uma conclusão nesse trabalho nosso, porque senão nós vamos começar
203 um trabalho também que está, às vezes a gente acha que está certo e às
204 vezes aqui está errado por causa do problema no sistema. Obrigado.” José
205 Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica Supram/ASF: “Só para fazer uma
206 ressalva também que o Conselheiro Camilo, perguntou com relação a aterro
207 que mencionou aqui que seria com relação a Divinópolis. Tramita na Supram
208 um processo de licenciamento para aterro sanitário de uma empresa
209 particular, então não é o do município de Divinópolis, tanto que não tem a

210 proposta pelo processo de licenciamento era que poderia atender à região,
211 então assim, isso não tem nenhuma processo referente a aterro sanitário
212 para a prefeitura de Divinópolis e para o município de Divinópolis também.”
213 Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Eu concordo com você, mas
214 Divinópolis tem o aterro ali na saída de Carmo do Cajuru, ele teve 80%
215 licenciado, da prefeitura, ele teve 80% licenciado. E eu acho que deveria
216 constar nos dados de vocês, porque como é que some um aterro dessa
217 magnitude, inclusive se o Doutor Francisco estivesse aqui ele ia concordar
218 com o que eu estou falando, inclusive com vários processos do Ministério
219 Público contra a prefeitura a respeito desse aterro. Está a representante aí
220 do município que pode falar a respeito. Então eu acho que é um dado que
221 não podia faltar, mas a gente também compreende que isso é passível de
222 erro.” Conselheiro Lessandro Gabriel da Costa: “Presidente, só uma
223 observação rápida aqui também. A gente observando esse mapa que foi nos
224 colocado aqui, esse graficozinho, esse mapa aqui, a gente pode observar
225 que hoje nós somos acho que mais de sessenta municípios do Alto São
226 Francisco, é isso? Sessenta e quatro, parece, quem pode me responder, por
227 favor?” Não se identificou: “Sessenta e seis municípios.” Conselheiro
228 Lessandro Gabriel da Costa: “Sessenta e seis municípios. Aqui nesse mapa
229 a gente está vendo aqui processo licenciado dez municípios no máximo,
230 processos formalizados dez municípios no máximo. Então quer dizer, nós
231 temos vinte municípios em andamento aqui, já concluído em andamento, e
232 temos quase praticamente quarenta e cinco municípios sem processo. Eu
233 acho que é uma falha muito grande porque nem processo esses quarenta
234 municípios têm, acho que nós estamos, essa falha nossa é, como se diz,
235 acho que ela não é de a gente deixar para amanhã não, é para onde, como
236 se diz. Por que se nós temos quarenta e cinco municípios que nem processo
237 tem, nem andamento na própria Supram tem, fica difícil, porque eu assim,
238 sinceramente, eu fico bem às vezes um pouco chateado com essas questões
239 ambientais porque assim, se uma fiscalização dessa chega numa prefeitura
240 ali claro que ela vai ser multada, vai pagar uma multa lá não sei que valor e
241 tal, mas hoje a gente vê talvez a dificuldade dos nossos empreendedores
242 que recebem lá uma fiscalização, e simplesmente por montinho de nada
243 dentro da propriedade dele, ele recebe uma multa do órgão ambiental. Então
244 assim, nós estamos formando lixões que está diretamente condenando o
245 nosso Rio São Francisco, os nossos mananciais, as nossas bacias
246 hidrográficas da região, que sem querer, esses quarenta municípios têm
247 processo na Supram. Então acho que agora cabe a nós cobrar desses
248 municípios, indiferente de nós estarmos passando por um período agora
249 eleitoral, vamos ter mudança de prefeituras para o ano que vem, quem sabe
250 o ano que vem a partir de janeiro a gente possa cobrar desses prefeitos que
251 vai ter quatro anos para administrar seu município? Então a partir de janeiro
252 acho que talvez seria uma história nova. De repente esse ano é um ano

253 político, já está encerrando mesmo, eu acho que talvez de repente não seria
254 nem cobrar, mas eu acho que a partir de janeiro, como esses prefeitos vão
255 ter quatro anos para administrar o município, será que quatro anos eles não
256 vão ter condição nem de entrar com o processo na Supram para tentar correr
257 atrás do recurso. Então eu acho que vale a pena a gente parar e analisar
258 essa questão aí porque eu acho que é muito grave.” Conselheiro Camilo
259 Lelis André Melo: “Lessandro, te cumprimentar pelo seu trabalho lá em
260 Lagoa da Prata, eu conheço e sei que a grande maioria foi iniciativa sua,
261 você está de parabéns. Agora, eu acho que se essa lista vai voltar para a
262 gente com a correção de Bambuí, de Divinópolis, porque não incluir nela o
263 esgoto, tratamento de esgoto? Eu acho que se não for mais grave é igual a
264 falta do aterro, não é? Nós temos a primeira cidade banhada pelo São
265 Francisco que o esgoto é jogado in natura dentro do Rio São Francisco, não
266 é Iguatama não, é aquela cidadezinha lá perto da Serra da Canastra.
267 Vargem Bonita, é a primeira cidade banhada pelo São Francisco e é a
268 primeira cidade que joga todo o esgoto. Então que esse levantamento fosse
269 feito não só a respeito dos aterros sanitários, porque eu acho que tem que
270 andar junto tratamento de esgoto e aterro sanitário.” Conselheiro Luciano
271 Marcelo de Oliveira: “Só respondendo aqui a observação do Lessandro, o
272 lixão de Nova Serrana já foi autuado várias vezes, inclusive recente. O fogo
273 que está lá já foi tentando extinguir com o apoio do Núcleo de Emergência
274 Ambiental, do Corpo de Bombeiros, da Prefeitura, da Polícia Ambiental. E ele
275 é interno na camada profunda do lixo, ele é proveniente de gases. A situação
276 de Bambuí é aterro controlado, já foi também feito várias ocorrências e
277 autuações. Então a situação de lixo no setor lá que a gente trabalha não é
278 prerrogativa só de um outro município o problema do lixo, é de vários. As
279 providências estão sendo tomadas, inclusive com o conhecimento do
280 Ministério Público e eu também acredito que a própria Supram tem
281 conhecimento e deve estar cobrando dos municípios. Eu gostaria de dar os
282 parabéns também, dar boas-vindas à Conselheira Heloísa, seja bem-vinda. A
283 responsabilidade de quem é Conselheiro é muito grande, porque define
284 muitas vezes a continuidade do Meio Ambiente equilibrado, ou dar
285 oportunidade para vários e também, estarem degradando o meio ambiente,
286 contribuindo ainda mais para diminuição da qualidade de vida dos habitantes
287 da nossa região. Seja bem-vinda.” Conselheira Heloísa Cristina Notini Greco:
288 “Agradeço as boas-vindas de todos com o compromisso de esforçar na
289 colaboração desse grupo que conheço o trabalho de vocês, acompanho,
290 nasci em Divinópolis, apesar de não morar atualmente aqui, mas tenho
291 referência do trabalho técnico dos Conselheiros, o trabalho da Supram,
292 acompanho também muito de perto e espero contribuir com esse grupo.
293 Muito obrigado.” Não se identificou: “Presidente, eu sei que talvez de repente
294 a gente está alongando a reunião, mas só para a gente pode focar nesse
295 assunto, que eu acho que é muito importante para nós, é um acontecimento

296 na nossa bacia. O que o Camilo falou ali a respeito das estações de
297 tratamento de esgoto, igual eu citei aqui que Lagoa da Prata, hoje trata 100%
298 do esgoto, começou agora a menos de seis meses tratar esses 100% de
299 esgoto, Lagoa da Prata, juntamente a administração, teve uma rejeição muito
300 grande com a taxa criada, nova taxa. Não é nova por que é assim, é um
301 serviço novo, porque como que você vai manter uma estação de tratamento
302 de esgoto que custou 33 milhões funcionando, sem ter novos funcionários,
303 ter novos técnicos, pessoas para poder dar andamento nesse processo. E foi
304 criado assim uma pequena taxa, mas que existe uma rejeição dessa criação
305 dessa taxa pela população, uma parte da população não concorda, diante de
306 tantas taxas que a gente tem visto aí no nosso dia a dia. Mas assim, em
307 respeito a essa questão de estação de tratamento de esgoto, por exemplo,
308 se hoje nós temos a nossa funcionando 100%, existe essa rejeição que a
309 população colocou em cima de uma nova cobrança de um novo serviço que
310 foi colocado para o município. Alguns municípios que eu posso citar aqui
311 rapidamente, foram também contemplados com alguns recursos também do
312 governo, oriundos do Governo Federal, Estadual, e que essas estações de
313 tratamento estão paradas, Camilo, Iguatama, parece que Bambuí, alguns
314 municípios, estão paradas. Então quer dizer, são investimentos de milhões e
315 milhões, inclusive foi até uma questão que a gente falou assim que acho que
316 nós vamos ter eu começar a partir para denunciar, porque você pega
317 dinheiro público, dinheiro do povo, faz uma estação de tratamento como foi
318 feito lá em Iguatama e outros municípios ali, tem lá esse montante lá de
319 recurso aplicado, e porque que isso está parado? Isso vai ter que ter alguma
320 justificativa disso estar parado, se foi aplicado recurso público do povo. Foi a
321 mesma coisa de uma obra que me assustou lá na Serra da Canastra, quem
322 teve a oportunidade de ir lá. Tinha uma pavimentação sendo feita na Serra
323 da Canastra para a entrada do parque, obra de milhões que também teve um
324 embargo lá, não sei porque motivo, até estou procurando me informar
325 melhor, mas dinheiro público também, como se diz, lá parado, piorando a
326 situação do parque ecológico, do Parque Nacional da Serra da Canastra.
327 Então assim, eu acho que essa infelicidade que nós estamos passando,
328 esses momentos infelizes de estar vendo cada dia mais essa degradação
329 ambiental, eu volto a repetir, acho que nós governos, nós cidadãos temos
330 que unir e caçar alguma forma de que essa melhoria venha mais rápido
331 possível. Volto a repetir também, um pequeno produtor às vezes precisa lá
332 de uma, um porte de cerca para arrumar um curral dele, simplesmente ele é
333 sacrificado porque ele corta essa madeira e precisa dentro do seu dia a dia
334 usar essa madeira. Não, nós precisamos mostrar para esse produtor o valor
335 que tem essa madeira para ele, que ele possa reflorestar alguma parte para
336 poder usar outro tipo de madeira na sua propriedade. Então assim, nós
337 precisamos buscar caminhos, porque se a gente continuar da situação que
338 nós estamos, eu acho que nós não vamos realmente salvar a questão do Rio

339 São Francisco não. Lagoa da Prata hoje, inclusive, tem dois viveiros também
340 municipal, gostaria de citar aqui, são viveiros mantidos pelo município e outro
341 pela Associação Ambientalista do Alto Francisco, onde esse final de ano saiu
342 cem mil mudas gratuitamente para os produtores rurais da região nossa.
343 Então quer dizer, eu hoje também uma questão que eu vejo uma falha no
344 estado, que eu acho que nós temos um governo novo, a gente procurar
345 também a aprimorar isso aí, se você chega hoje nesses viveiros aqui do IEF,
346 tanto aqui de Divinópolis ou de Arcos, a muda é comprada, o produtor tem
347 que sacrificar para comprar uma muda do próprio estado. Eu acho que nós
348 vamos ter que mudar também esse sistema, acho que também que não seja
349 de graça, mas que seja de uma forma diferenciada para que incentive o
350 produtor a recuperar as nascentes, recuperar as nossas bacias hidrográficas
351 aí por que a situação nossa realmente, do Rio São Francisco a cada dia vem
352 piorado muito. Muito obrigado.” Conselheiro Anaximandro Lourenço Azevedo
353 Feres: “Desejar boas-vindas à nova Conselheira, parabenizar aos colegas
354 que me antecederam na fala, especialmente o Lessandro e o Camilo. Eu
355 como defensor das nossas reuniões itinerantes e da participação popular, em
356 todos os processos de tomada de decisão na esfera pública, em especial no
357 meio ambiente, olhando o mapa e aí essa minha manifestação não tem
358 nenhum caráter científico, é só trazer um dado para a reflexão dos nossos
359 Conselheiros, eu pude perceber, e comentei com o colega Conselheiro da
360 CEMIG, que os municípios, os vinte municípios, salvo uma exceção ou outra
361 que tem processo formalizado ou licenciado, por incrível que pareça, são
362 aqueles municípios que tem atuação constante, forte de membros das bacias
363 do comitê, dos comitês de bacia hidrográfica, tanto do Alto São Francisco
364 quanto do Rio Pará. Não sei, talvez, estou trazendo esse dado para a
365 reflexão, que talvez a atuação dessas pessoas nos seus municípios,
366 Lessandro é prova viva disso, Mário em Pains e aqueles que o antecederam
367 na Secretaria de Meio Ambiente lá também são, Arcos está aqui, Itaúna,
368 Divinópolis com o Comitê do Rio Pará, são municípios que têm pessoas,
369 pelos mais variados motivos, com uma atuação muito forte nos seus comitês
370 de bacia hidrográfica e quem sabe isso fica aqui para reflexão. Repito, não
371 há nenhum embasamento científico nessa fala, são aqueles que
372 conseguiram mobilizar, de certa forma, a sua classe política e também as
373 pessoas do município a fim de exigir, buscar o seu licenciamento ambiental.
374 Acho que o papel dos Conselhos e da participação popular se mostra
375 extremamente importante, eu acho que através de uma análise assim
376 reflexiva, sem nenhum embasamento científico, repito, para tomada de
377 decisão. Lessandro frisou bem e a gente sabe disso, existe muito dinheiro,
378 não é dinheiro, é muito dinheiro disponível para poder fazer esse tipo de
379 gestão não só de coleta, destinação e gerenciamento de resíduos sólidos
380 urbanos, como também para esgoto. Me lembro, e eu acho que isso sim é
381 um fato que a gente merece falar, o licenciamento do Polo Calçadista de

382 Nova Serrana quando esse Conselho passou a exigir estações de tratamento
383 de esgoto de todas as pequenas e médias indústrias de Nova Serrana, a
384 população, a classe empresarial, FIEMG imagino que teve um papel nisso
385 daí também, foi até o município e o município veio licenciar sua estação de
386 tratamento de esgoto junto à COPASA. Eu acho que esse Conselho teve um
387 papel fundamental nessa perspectiva do esgoto. Então reforço também o
388 pedido do Camilo, se esse gráfico vai voltar para a gente atualizado, revisto,
389 em relação à gestão dos resíduos sólidos urbanos, que ele venha também
390 com a gestão ou com o licenciamento aí do tratamento de esgoto. Eu queria
391 só trazer esse dado aí, parabenizar os colegas que atuam diretamente nessa
392 perspectiva, e conseguiram licenciar as suas estações de tratamento de lixo,
393 de resíduos sólidos urbanos, e reiterar o pedido do Camilo para que a gente
394 possa também ter uma noção. Até para ver qual o papel desse Conselho, o
395 quê que conseguiu, o quê que a própria Supram nesses últimos doze, treze
396 anos de atuação conseguiu fazer na nossa região nessa perspectiva da
397 gestão ambiental. Obrigado.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Alguém
398 mais quer fazer uso da palavra?” Conselheiro Giovanard Marco Alves: “Na
399 verdade é uma dúvida. Consta que o município de Campo Belo não possui
400 processo licenciado e nem formalizado junto à Supram, e no verso da folha
401 dois consta aqui que lá exerce atividade de tratamento e disposição de
402 resíduos. Gostaria de saber se existe este processo formalizado, se ele já foi
403 deferido no município de Campo Belo.” José Augusto Dutra Bueno, Diretoria
404 Jurídica Supram/ASF: “Só por objetividade, como o analista que fez o
405 levantamento ele não está presente e a diretora de apoio técnico manifestou
406 que isso vai ser esclarecido na próxima reunião, inclusive com a participação
407 dele, e de algumas questões que foram colocadas aqui de uma eventual
408 necessidade de retificação, aí se possível acho que poderia ser esclarecido
409 isso depois até para que isso possa ficar de maneira mais completa, tudo
410 bem? Só para retificar então, a questão que o Camilo falou, em Divinópolis a
411 gente não tem uma noção de um aterro sanitário, tanto que parece que o que
412 existe é um aterro controlado. Mas isso também tudo vai ser abordado na
413 próxima reunião com mais detalhes e com a participação do técnico.
414 Também só uma consideração com relação ao Conselheiro do IBAMA, ele
415 pediu para justificar a ausência dele que ele tinha uma fiscalização marcada
416 nessa data, e como teve a mudança do calendário do COPAM em função da
417 Unidade Regional Colegiada do COPAM em função do decreto de transição,
418 que é o decreto 46967/2016, então teve esse contratempo, ele teve essa
419 justificativa. E a gente comunica também que o novo calendário ele já está
420 sendo disponibilizado no site oficial.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo:
421 “Só corrigindo uma coisa que o senhor falou, eu disse que Divinópolis existe
422 um processo de licenciamento, eu não falei que é um aterro sanitário não,
423 tá? Espero que seja um futuro aterro sanitário, mas ele não foi licenciado
424 não, existe o processo de licenciamento.” Presidente José Oswaldo

425 Furlanetto: “Alguém mais? Algum Conselheiro? Não tendo, eu queria
426 agradecer a contribuição daqueles que fizeram uso da palavra trazendo
427 informações e suas colocações no sentido sempre, é claro, de enriquecer o
428 debate e como consequência a qualidade do meio ambiente e dos nossos
429 recursos naturais. Passamos então ao item quatro. **4) EXAME DA ATA DA**
430 **126ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18/02/2016.** Conselheira Flávia Alves de
431 Assunção Rodrigues: “Bom dia a todos. Não fui a Conselheira que participou
432 da última reunião, mas eu tenho um ofício que o Doutor Francisco que foi o
433 representante do Ministério Público que participou, autorizou fazer correção
434 nas falas dele nas linhas 237, 238, 242, 249, 371, 378, 386, 476, 484, 485,
435 509, 631, 632, 637, 638, 639, 640, 685, 718, 721, 1.162, 1.403, 1.404, 1.431
436 e 1.447.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Feito isso, podemos passar
437 então para a pauta deliberativa dos processos. Item cinco.” **5) PROCESSO**
438 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO –**
439 **AMPLIAÇÃO.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Este item está sendo
440 retirado de pauta pela Supram, a pedido da Diretoria Técnica e Jurídica.
441 Passamos então para o item seis”. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
442 **PARA EXAME DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1)**
443 **Arapé Agroindústria Ltda. - Criação de equinos, muares, ovinos,**
444 **caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados); criação de**
445 **ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo);**
446 **culturas anuais, excluindo a oleicultura; culturas perenes e cultivos**
447 **classificados no programa de manejo integrado de pragas, conforme**
448 **normas do Ministério da Agricultura, exceto cafeicultura e citricultura;**
449 **formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para**
450 **animais; postos revendedores, postos de abastecimento, instalações**
451 **de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis;**
452 **suinocultura (ciclo completo) - Formiga/MG - PA/Nº 50036/2004/001/2014**
453 **- Classe 5. Apresentação: Supram ASF.** Presidente José Oswaldo
454 Furlanetto: “Parecer da Supram Alto São Francisco é pelo indeferimento.”
455 Conselheiro Edécio José Caçado Ferreira: “Vistas desses autos.”
456 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Conselheiro solicitou vistas, vista
457 concedida. Vista conjunta do Camilo representante da FEDERAMINAS,
458 Marcos Veloso, CREA, também solicitando vista do mesmo processo.” **6.2)**
459 **Frigorífico Íper Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte**
460 **(suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) -**
461 **Divinópolis/MG - PA/Nº 00311/2001/006/2015 - Classe 5. Apresentação**
462 **Supram ASF.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Parecer da Supram Alto
463 São Francisco é pelo indeferimento. Vista do Conselheiro Camilo,
464 FEDERAMINAS, vista concedida.” Conselheiro Edécio José Caçado
465 Ferreira: “Vistas conjuntas.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Vistas
466 concedidas. Alguém mais? Não. Não tendo ninguém mais, item sete. **7)**
467 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RETIFICAÇÃO DO**

468 **ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Solo Fértil Indústria e**
469 **Comércio Ltda. - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas**
470 **com ou sem tratamento - Pains/MG - PA/Nº 00123/1988/013/2009 DNPM**
471 **830.808/2002 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. Presidente José**
472 **Oswaldo Furlanetto**: “Parecer favorável à retificação do adendo pela Diretoria
473 Técnica e Jurídica da Supram Alto São Francisco. Nós temos um
474 representante, dois, três representantes da empresa Solo Fértil para fazer
475 uso da palavra, o advogado, um consultor e a responsável da empresa. A
476 palavra está aberta primeiramente para os Conselheiros.” **Conselheiro**
477 **Camilo Lelis André Melo**: “Senhor Presidente, nesse processo eu concordo
478 plenamente que ele é para ser deferido, mas tem uma certa curiosidade
479 dentro desse processo. Por exemplo, foi lavrado um auto de infração
480 completamente errado, não é a primeira vez que a gente vê. Então eu acho
481 que esse auto de infração ele tinha que ser cancelado, que nós temos
482 competência para cancelar esse auto de infração. Outra coisa que aconteceu
483 aqui dentro desse processo, que tem acontecido, vocês imaginam, eles
484 adquiriram três áreas para fazer, três, não foi uma, não foi duas não, foram
485 três áreas para fazer a compensação. O quê que acontece? Você começa
486 uma negociação com um funcionário, aí o funcionário: ‘Não, pode comprar
487 aqui que aceita.’ Aí o funcionário sai, entra outro funcionário não aceita a
488 área de compensação, aí a empresa precisa do licenciamento, eles correm
489 compram outra área, acontece a mesma coisa então com três áreas que
490 foram compradas. Então eu acho que esse tipo de situação não pode
491 ocorrer, a gente sabe que tem mudança de técnico, isso é normal, mas que
492 se um processo está encaminhado, que o técnico tenha responsabilidade de
493 pelo menos essa negociação que ele está fazendo, que ele termine ela para
494 não acontecer isso, não é? Então agora essa questão da multa, eu gostaria
495 que ela fosse trazida aqui para nós para a gente poder deliberar se nós
496 fazemos o cancelamento dela ou não.” **Presidente José Oswaldo Furlanetto**:
497 “Conselheiro Camilo, a respeito da multa, na nova legislação agora as
498 multas, os recursos das multas não estão sendo mais encaminhados para o
499 COPAM. Agora, com relação a essa e com a sua ponderação, eu creio que
500 deva ter uma análise jurídica da Supram Alto São Francisco, para ver se é
501 possível a gente dar o encaminhamento do COPAM estar analisando e
502 deferindo ou não, ou se o caminho é outro. Eu passo o microfone para o
503 José Augusto, diretor jurídico.” **José Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica**
504 **Supram/ASF**: “A questão do COPAM, o Urc do COPAM ela julga a questão
505 da manifestação quanto à retificação, não é o tutelo do adendo, retificação
506 do adendo. Então a atribuição do órgão, do COPAM, é do julgamento desse
507 com relação a isso. Uma eventual, a análise da defesa do processo de auto
508 de infração ele passa primeiro pela Supram, com a decisão do
509 Superintendente, no eventual recurso vem para a URC do COPAM para
510 decidir. No caso, se tiver alguma questão a ser relevada, a administração

511 pública tem o poder e dever de autotutela, pode corrigir se tiver uma eventual
512 autuação indevida. Isso também considerando que a gente tem um estado
513 democrático de direito, prevê o princípio da ampla defesa e o contraditório, a
514 empresa pode manifestar isso no processo de auto de infração sem prejuízo
515 nenhum. É só importante destacar que tem, uma coisa é o processo de auto
516 de infração, outra coisa é a aprovação do parecer e que no momento, no
517 COPAM o que seria a competência seria do julgamento ou não da retificação
518 que foi uma questão da área e que não está vinculada diretamente com a
519 necessidade de autuação. Está bom? Obrigado.” Presidente José Oswaldo
520 Furlanetto: “Ficou claro, Conselheiro?” Conselheiro Camilo Lelis André Melo:
521 “Ficou, muito obrigado. Não concordo muito não, mas.” Presidente José
522 Oswaldo Furlanetto: “Nós vamos então abrir a palavra, nenhum Conselheiro
523 mais vai fazer uso da palavra? Heloísa, pois não.” Conselheira Heloísa
524 Cristina Notini Greco: “Sobre a condicionante dois, executar o PTRF
525 apresentado em cumprimento ao item um deste anexo, o prazo está após
526 aprovação da Supram Alto São Francisco. Eu gostaria de saber se existe
527 alguma possibilidade jurídica da gente fixar esse limite de aprovação da
528 Supram, talvez em cerca de seis meses, no máximo. Porque o que é que eu
529 estou vendo que o que pode acontecer é a Supram aprovar esse projeto só
530 daqui a quatro anos e a empresa então não vai poder começar o plantio.
531 Existe essa possibilidade?” José Augusto Dutra Bueno, Supram/ASF: “A
532 análise desse projeto foi feita por uma das analistas da Supram e a analista
533 técnica vai manifestar aqui, só um minuto.” Stela Rocha Martins,
534 Supram/ASF: “Talvez estipular um prazo, não sei se teria como, a gente
535 pode talvez se comprometer a analisar o mais rápido possível. A empresa,
536 se não me engano, tem até um processo de revalidação já em andamento na
537 Supram Alto São Francisco, e conseqüentemente a análise desse PTRF tem
538 que ser concluída para que a gente possa finalizar o processo de
539 revalidação.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Agora eu vou, algum
540 outro Conselheiro quer fazer algum uso da palavra? Não tendo eu queria
541 abrir a palavra para o primeiro solicitado aqui o advogado da Solo Fértil, o
542 João Paulo, Vossa Excelência? Tá. Antes, porém, um segundo. Os
543 Conselheiros pediram vistas dos processos a anteriores, a Supram está
544 pedindo para que os mesmos sejam retirados na segunda-feira próxima, e o
545 motivo é a devida paginação dos processos. Obrigado. A palavra está aberta
546 por cinco minutos para o senhor.” João Paulo, Advogado da empresa Solo
547 Fértil: “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, serventuários do Sistema
548 Estadual de Meio Ambiente, equipe técnica de apoio, demais participantes
549 aqui dessa reunião. Nós gostaríamos de estar externando uma preocupação
550 muito grande por parte não só desse empreendedor, mas de forma geral é o
551 que tem ocorrido no estado. E mais particularmente nessa região nós
552 podemos trazer esse testemunho que é o testemunho de uma experiência
553 acumulada na condição de procurador que sou da Associação dos

554 Mineradores de Pains e Região, AMPAR; e aqui neste ato específico
555 representando a empresa Solo Fértil. Nós sabemos que os atos
556 administrativos são distintos, mas nesse caso específico, apesar de
557 rogarmos ao senhor, que seja dada sequência à análise de retificação do
558 adendo da licença de operação de Solo Fértil, eu gostaria imensamente que
559 este colegiado, que os servidores da Supram, aos quais eu invoco na figura
560 do Doutor José Augusto, na condição aí de procurador do sistema. Essa
561 questão do auto de infração ela não pode ser vista de forma dissociada do
562 que aqui nós estamos tratando. Se nós verificarmos, no último parágrafo da
563 página três do parecer, nós vamos chegar à única conclusão que nos resta,
564 foi lavrado um auto de infração autuando o empreendedor no ano de 2016,
565 então ele foi em ato contínuo a conclusão desse parecer. Um auto de
566 infração que sequer chegou ainda ao conhecimento da empresa, mas já está
567 aqui lançado como tal, produzindo os seus efeitos da inquietude que provoca
568 no setor produtivo do Estado de Minas Gerais. E não faz o mínimo sentido
569 que o próprio órgão ambiental não reveja esse próprio ato, porque o que deu
570 causa aqui é exatamente o tema que nós estamos discutindo, nós estamos
571 discutindo a questão da compensação colocada, uma compensação
572 colocada no ano de 2011, que até hoje em março de 2016, não havíamos
573 conseguido chegar a um consenso quanto à área específica, quanto à
574 similaridade e menos ainda em relação aos prejuízos que já foram impostos
575 ao empreendedor. Só para os senhores terem uma ideia, com o intuito de
576 satisfação dessa obrigação, o empreendedor adquiriu lá no ano de 2011 uma
577 área em Córrego Fundo, na região de Sobradinho, de aproximadamente
578 vinte e um hectares. Inicialmente apresentada como a solução da questão da
579 compensação numa proporção muito superior. A área posteriormente deixou
580 de ser aceita, apesar do protocolo da compensação ter sido efetuado na data
581 exata do limite estabelecido de trinta dias. Posteriormente a isso, avançou-se
582 nas negociações com os servidores do sistema, o empreendedor em 2014
583 adquiriu uma nova área em Carmópolis de Minas, dessa feita, uma área de
584 vinte e nove hectares. Novamente área não aceita. E aí a gente verifica que
585 o empreendedor foi autuado sob alegação de que deveria ter entregue em
586 trinta dias a proposta de compensação. A proposta de compensação foi
587 entregue antes dos trinta dias lá em 2011, foi retificada, revista, readequada
588 em 2014, e em 2016 nós estamos vendo a lavratura de um auto de infração,
589 sabe-se lá com que objetivo, onde o próprio órgão reconhece os equívocos.
590 Não fosse o reconhecimento desses equívocos, nós jamais estaríamos
591 tratando aqui neste momento de retificação e adendo da licença de
592 operação; licença essa expedida no ano de 2011. Portanto, encareço a
593 sensibilidade dos senhores dentro da experiência de vida que tem, e a vocês
594 servidores do Sistema de Meio Ambiente, no vigor da juventude, e
595 obviamente que devotados à função de vocês, assentados em súmula do
596 Supremo Tribunal Federal, revoga esse próprio ato aqui praticado da

597 lavratura desse auto de infração, e não deixem sequer que ele seja
598 encaminhado ao empreendedor sob pena de estarmos causando e
599 provocando só mais uma inquietude, uma preocupação e a geração de um
600 passivo seja esse passivo de natureza administrativa, seja tributária ou não
601 tributária. Gostaria imensamente que essa questão fosse relevada pelos
602 senhores.” José Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica Supram/ASF: “Com
603 relação à análise do atendimento da condicionante de compensação
604 ambiental, isso é atribuição do órgão do IEF e não da Supram. Então dizer
605 que a documentação estava suficiente ou não isso é da atribuição do órgão
606 do IEF, tanto que eles pediram umas certificações, etc. Mas a gente, o mérito
607 do auto de infração é diverso do mérito do que está sendo apreciado aqui no
608 COPAM, do deferimento da autotutela, e se tiver alguma outra informação
609 para nos ser repassado a gente está aberto para ouvir e também tem essa
610 possibilidade disso ser manifesto também na defesa, tanto que vocês
611 falaram que ainda parece que não receberam a notificação. Mas essa
612 questão dos equívocos, eu acho que ressaltar demais também questões do
613 órgão ambiental a administração tem o poder e o dever de autotutela, e
614 como humanos todos estamos fadados aos erros. E assim, também tem a
615 questão do próprio, da instrução dos processos às vezes também tem
616 alguma pendência, às vezes até uma falha dos empreendimentos, das
617 empresas consultorias, que também acho que é o que faz parte da própria
618 condição humana, mas também que vamos considerar a coisa como um
619 todo. Isso é importante, a gente quer fazer o trabalho aqui da maneira mais
620 correta possível e de maneira séria relevando isso. Então se tiver algum
621 ponto para ser informado para a gente, a gente está aberto para que seja
622 informado ao órgão, tem reuniões o órgão não está de portas fechadas, as
623 análises podem ser agendadas. E com relação ao, como é que fala, não o
624 PTRF não, então. Aí com relação ao auto de infração isso vai ser verificado,
625 mas o que nos foi informado pela análise do IEF é que isso não teria sido
626 atendido, então isso foi a fundamentação da autuação, mas que isso vai ser
627 considerado diante das ponderações que estão sendo colocadas e fora do
628 mérito da presente reunião.” Não se identificou: “Doutor José Augusto, de
629 forma extremamente respeitosa eu faço das palavras do ilustríssimo
630 advogado as minhas. Nós precisamos analisar o contexto como um todo, e o
631 sistema como um todo. Ele não pode ser visto de forma dissociada, o
632 SISEMA é um só, o SISEMA se compõe a partir do COPAM, através das
633 suas câmaras especializadas dentre as quais as CPB é uma delas, e os seus
634 órgãos seccionais de apoio: IEF, FEAM e IGAM. E dentro desse contexto,
635 queremos crer e queremos aprofundar na questão do licenciamento
636 ambiental que deve ser integrado. E aí dentro disso, creio eu que os órgãos
637 que compõem o sistema precisam conversar entre si, e principalmente
638 dentro do que o senhor coloca, do princípio da autotutela. Eu não vejo
639 porque o IEF manter essa questão da autuação se nós estamos falando de

640 retificação e só agora em 2016 que se chegou a uma conclusão do que é a
641 área efetivamente a ser compensada. Antigamente se exigia uma área muito
642 superior àquela da devida intervenção, se confundiu supressão de vegetação
643 com área total do empreendimento, essa foi a primeira confusão a ser feita.
644 A outra questão, e aí eu me ateno ao auto de infração especificamente, ele
645 só foi lavrado em função do processo estar sendo movimentado e em razão
646 desse parecer que estava sendo elaborado. Porque ele foi lavrado em
647 gabinete e no ano de 2016. E isso vai gerar mais um ônus ao empreendedor,
648 por que a contratação de profissional, apresentação de defesa, aguardar
649 julgamento, e o julgamento nós sabemos que ele não acontece dentro da
650 necessária e devida celeridade esperada pelo empreendedor, constituindo
651 mais um passivo para ele. É imensamente nesse sentido que gostaríamos
652 que os senhores relevassem, reconhecendo aqui que o ponto de pauta
653 principal que é o protocolo nos trinta dias da concessão da licença, conforme
654 fixada a condicionante em 24/12/2011, foi absolutamente atendida. E se está
655 dito, está expresso e foi trazido aqui a essa URC, eu acho que os senhores
656 são soberanos inclusive para fazer essa recomendação ao Instituto Estadual
657 de Floresta, e essa integração aqui invocada entre Supram e órgãos
658 seccionais de apoio.” Conselheiro Mário da Silva de Oliveira: “Senhor
659 Presidente, eu estou de posse desse processo e tem a comprovação do
660 protocolo que foi feito pelo empreendedor tempestivamente. E os motivos
661 pelos quais se fundamenta a aplicação do auto de infração, ele trata
662 exatamente da intempestividade, diz da intempestividade do protocolo, ou
663 seja, o não cumprimento da condicionante no prazo. E de fato após as falas
664 tanto do Doutor José Augusto quanto do representante, o Doutor João Paulo,
665 a gente percebe que há, na verdade, um desencontro de informações entre
666 um órgão e o outro. E na própria documentação tem o encaminhamento do
667 IEF para análise da Supram, que também, que retorna, faz a sua análise e
668 retorna também para o órgão com um posicionamento. E aí a gente fica na
669 dúvida de fato se essa autuação é cabível, e aí gostaria de sugerir também
670 que fosse, a Supram analisasse e verificasse a possibilidade da não
671 aplicação. Porque documentalmente está aqui registrado os protocolos
672 tempestivamente. Obrigado.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Com a
673 palavra o representante da Supram.” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica
674 Supram/ASF: “Eu só queria esclarecer mais um item, no adendo que a gente
675 está retificando com essa questão do erro da área na conclusão do adendo,
676 esse adendo ele trazia quatro condicionantes, duas referentes a
677 compensações ambientais que deveriam ser apresentadas à CPB, uma
678 referente à apresentação de plano de manejo, e outra referente à tabela, a
679 apresentação de uma tabela de cumprimento de condicionantes referente à
680 licença de operação. O auto de infração ele já foi encaminhado para o
681 empreendedor, ele foi, demorou um pouquinho a emissão dele porque ele
682 aguardava a assinatura do superintendente. E nesse auto, além do

683 descumprimento dessas duas condicionantes referentes à compensação
684 ambiental, foi verificado também o cumprimento intempestivo da
685 condicionante número três, que tratava dessa apresentação do plano de
686 manejo. Só finalizar a minha exposição. Conforme a condicionante, o
687 empreendimento tinha um prazo de trinta dias para apresentação desse
688 plano de manejo, a licença ambiental, LO, foi concedida na data de 24, a
689 licença não, perdão, o adendo foi concedido 24/11/2011, então ele tinha o
690 prazo até 24/12/2011. E conforme protocolo apresentado, o plano de manejo
691 só foi apresentado à Supram 18/05/2012, portanto cinco meses após o prazo
692 estipulado no adendo.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Só corrigindo
693 o que você está falando, você deve ter observado aí dentro do processo que
694 ele tem o protocolo. Que no dia 26/12/2011, ele entrou com o pedido de
695 dilação de prazo, está o protocolo aqui e o número dele, dia 26/12. Você vai
696 falar assim: ‘Ah, mas seria o dia 24.’, não, é porque dia 24 deu no sábado.”
697 Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica Supram/ASF: “Dilação do prazo de qual?
698 Perdão.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Essa condicionante que
699 você está falando. Aí nessa data que você está falando 18/05, ele cumpriu a
700 condicionante dentro daquela dilação de prazo que ele pediu, eu acho que
701 vocês tinham que ter analisado essa dilação de prazo.” Stela Rocha Martins,
702 Diretoria Técnica Supram/ ASF: “A gente vai fazer essa análise lá na
703 Supram, a empresa entra com a defesa do auto de infração e a gente vê qual
704 que vai ser a medida adotada. Se realmente for constatado o erro do órgão
705 ambiental a gente faz a autotutela do auto de infração.” Conselheiro Camilo
706 Lelis André Melo: “Com certeza.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
707 “Conselheiro representante da Polícia Militar.” Conselheiro Luciano Marcelo
708 de Oliveira: “Só concordo com o que a Stela disse, o que está sendo aqui
709 julgado é o adendo, não é o auto de infração, o auto de infração é recurso
710 administrativo. Se o órgão fez o auto de infração e ele foi incorreto, com
711 certeza vai abrir o período de recurso para a empresa, ele vai apresentar os
712 argumentos, embasar nos documentos que ele possui, e com certeza se o
713 auto tiver sido feito de forma irregular ele vai ser cancelado. Então eu vejo
714 que às vezes, às vezes, não estou discordando de nenhuma opinião ou
715 sugestão que acontece, que está acontecendo aqui na reunião, que o que
716 está sendo discutido pode até interferir no deferimento ou indeferimento do
717 pleito de hoje. Porque conforme o que é colocado, às vezes é melhor então
718 não votar, mantém indeferido e aguardar a análise do auto de infração, que
719 gente entende que não é objeto do que está sendo colocado aqui no
720 parecer.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Terminou, Conselheiro?” Não
721 se identificou: “Sim.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Dando sequência
722 nós temos mais um inscrito, representante da Solo Fértil, Júlio Cesar e
723 Ronaldo não vão fazer uso da palavra? Então prosseguindo, até porque o
724 que se discute não faz parte do processo que está em fase de discussão e
725 deliberação que é a retificação do adendo, nós podemos então agradecer a

726 contribuição de todos, inclusive do advogado, Doutor João Paulo, e que os
727 procedimentos para rever o auto de infração, a sua legalidade, a sua
728 fundamentação, seria o protocolo da empresa junto à Supram Alto São
729 Francisco e isso vai ter, ser deferido ou indeferido com certeza com muito,
730 com muita presteza e muita seriedade por parte do órgão ambiental do Alto
731 São Francisco.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Eu, com todo
732 respeito, eu vou discordar do representante da Polícia Militar. Eu acho que o
733 licenciamento ambiental ele é um todo, ele tem o jurídico para conferir,
734 agora, se o jurídico não conferiu direito e deixou passar esse punhado de
735 erro grotesco, eu acho que agora é hora sim de a gente discutir, uai. E
736 depois se ele corrigir o ato pela autotutela, e a despesa da firma, quem que
737 via ressarcir? Ele vai ter que contratar advogado, vai ter que fazer isso tudo
738 aí, como é que fica? Então não, então o licenciamento eu entendo que ele é
739 um só. Pode até a gente não ter a competência aqui para resolver, mas que
740 tem que ser discutido tem, pois está acontecendo dentro do processo. Eu já
741 fui em outras firmas que condicionante do IGAM, o consultor não pegou a
742 licença do IGAM, a outorga, e levou para o órgão, por quê? Por que ele
743 entendeu: ‘Gente, se o licenciamento é um só eu tenho que ir nessa porta
744 aqui e pegar outorga, sair, bater um ofício e entregar na outra porta do lado?
745 Porque que não tem uma coordenação entre os órgãos que fazem parte do
746 licenciamento para agilizar essa parte, entendeu? Então quando a gente faz
747 esses questionamentos, é para ver se tem condição de melhorar o sistema, é
748 mais também nesse intuito.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Eu queria
749 concordar com o representante Camilo, a discussão tem que ser feita sim,
750 tanto é quero agradecer todas as colocações e as contribuições. Mas
751 também nós devemos concordar com o representante da Polícia Militar
752 quando ele diz que não faz parte do objeto em pauta na reunião ora
753 proposta. Então os caminhos são outros, e todos conhecem, é através de
754 recurso junto à Supram Alto São Francisco que deverá analisar com muita
755 seriedade, eu tenho certeza. Podemos então fazer a.” Conselheiro Edécio
756 José Cançado Ferreira: “A Stela, a Senhorita Stela fez uma manifestação ali
757 com relação a possível apreciação do, se houve erro ou não lá lavratura do
758 auto de infração, eu gostaria só que na próxima reunião nossa, que
759 trouxesse para nós o resultado dessa avaliação por parte do corpo técnico
760 da Supram, para que a gente fique posicionado sobre o assunto. Que foi um
761 assunto extremamente debatido aqui, que acho que conforme até o Tenente
762 colocou aqui, que poderia até ter influenciado na nossa decisão sobre a
763 aprovação ou não do adendo. Então eu gostaria, solicito que na próxima
764 reunião seja informado a este Conselho qual foi o posicionamento adotado
765 pelo órgão em relação a esse auto de infração, se houve a autotutela, se não
766 houve, se não houve por que motivo, tá? Para que a gente tenha o
767 conhecimento disso aí porque se houve erro, errar todos nós erramos, gente,
768 então isso não é problema não, não corrigir o erro é que é o erro maior, tá?

769 Obrigado.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Obrigado, Conselheiro.
770 Queria então dar sequência à nossa reunião e colocar o processo do item
771 7.1 Solo Fértil Indústria e Comércio Ltda. em votação. Lembrando que o
772 parecer da Supram Alto São Francisco é favorável pelo deferimento, ou seja,
773 a retificação do adendo. Processo está em votação, aqueles que concordam
774 com o parecer da Supram Alto São Francisco permaneçam como estão, os
775 contrários podem se manifestar.” Conselheira Flávia Alves de Assunção
776 Rodrigues: “Abstenção em razão da eventual existência de inquérito civil na
777 Promotoria de Arcos.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Alguém mais?
778 Processo está aprovado então com abstenção do membro do Ministério
779 Público, não é isso?”. Então sendo o último item de pauta, eu queria partir
780 então para o encerramento dessa 127ª reunião ordinária. Pois não, fique à
781 vontade.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Lessandro, na sua fala
782 toda, eu gostaria que a mentalidade da população de Divinópolis fosse igual
783 à mentalidade da população de Lagoa da Prata. Porque você imagina, lá
784 vocês têm um serviço de tratamento de esgoto funcionando e a turma está
785 brigando para não pagar; aqui em Divinópolis nós temos a cobrança do
786 tratamento de esgoto e ninguém briga para não pagar, está todo mundo
787 pagando. Então que chegasse num acordo, que isso fica registrado.”
788 Conselheiro Lessandro Gabriel da Costa: “É muito difícil, não é, Camilo, eu
789 acho que a nossa situação hoje no país é uma situação que se a gente não
790 mudar essa mentalidade a gente vai estar tendo retrocesso, e eu estou
791 vendo esse retrocesso. E como a gente viu aqui no início da reunião em
792 sessenta e cinco municípios, quarenta municípios nem entrada com
793 licenciamento na Supram não tem nos seus aterros sanitários. E isso a gente
794 paga caro, o município de Lagoa da Prata ele paga caro. Assim, até é ruim
795 eu estar falando isso, mas talvez de repente um município igual Lagoa da
796 Prata deixasse de fazer o que ela está fazendo hoje com o aterro sanitário de
797 Lagoa da Prata, seria muito mais barato para o município, sobriaria recurso
798 para outras áreas. Mas eu acho que o meio ambiente é a área principal que
799 existe hoje no município porque ele envolve a educação, ele envolve a saúde
800 das pessoas, e que se realmente a gente não fizer isso e pagar esse preço
801 caro que nós estamos pagando, a situação nossa a cada dia ficaria pior.
802 Então assim, volto a repetir, eu acho que talvez de repente esse ano é um
803 ano eleitoral, cobrar dos prefeitos como já vem arrastando há anos, eu falei
804 que Lagoa da Prata tem quinze anos que nós estamos lá pagando caro para
805 ter um aterro sanitário, e pagando caro, mas assim, com prazer de pagar
806 caro por esse serviço. Mas que realmente a gente pudesse a partir do ano
807 que vem, a partir de primeiro de janeiro, a gente sabe que vai ter umas
808 mudanças no nosso processo eleitoral, alguns prefeitos ficam, algum outro
809 sai. Mas que dentro de quatro anos pelo menos entrada nesse processo já
810 começasse a formalizar. E o que mais me entristece, Camilo, porque você
811 sabe disso, encerrando minhas palavras aqui, é que em todos os

812 licenciamentos ambientais que passou aqui nessa casa como foi Lagoa da
813 Prata, Formiga e outros mais aí, nós tivemos uma polêmica muito grande,
814 uma resistência muito grande inclusive até pela sociedade em local desse
815 aterro, localização e tudo, então que pelo menos esse processo começasse.
816 Nós estamos aí com quarenta e cinco municípios sem quer dar uma
817 satisfação para nossa região aqui. Obrigado.” Conselheiro Edécio José
818 Cançado Ferreira: “Aproveitando a deixa aqui da FAEMG, com relação à
819 cobrança a prefeituras, eu acho que não tem que esperar nenhum dia não, a
820 cobrança tem que começar, se já não começou tem que começar agora, é
821 obrigação e eles têm que cumprir com a obrigação. Vamos mudar a
822 legislação, colocar esse, imputar como crime de responsabilidade, torná-los
823 inelegíveis, eles só escutam isso, prefeito, vereadores, deputados só
824 escutam em inexigibilidade, qualquer outra penalidade para eles, eles não
825 estão preocupados com isso não. Penalidade pecuniária, não é eles que vão
826 pagar, nós sabemos disso. Eu acho que está na hora da sociedade brasileira
827 repensar o Brasil, nós temos taxa demais, impostos demais, então temos
828 que mudar isso. Eu concordo com a população de Lagoa da Prata, eu sou
829 contra a criação de novas taxas, nós temos fundo de participação no
830 município, fundo de participação do estado, uma cobrança de tributo, a mais
831 alta do mundo. Então a sociedade tem que gritar, tem que espernear e temos
832 que mudar isso, temos que fazer um Estado enxuto, o Estado voltado para a
833 educação, para a segurança pública e para a saúde da população. Que o dia
834 que tivermos uma população educada, com cultura, nós não vamos ter esses
835 problemas que nós temos hoje enfrentando o meio ambiente, porque a
836 própria sociedade vai estar diuturnamente cobrando por isso. Então, gente, é
837 hoje, não é questão de político A, B, C ou D, verde amarelo, azul, preto, não
838 me interessa isso, interessa é a gente trabalhar para que tenhamos um Brasil
839 com educação e cultura, chega, chega de analfabeto funcional, porque não é
840 alfabetizado funcional que nós temos não, é analfabeto funcional; aprende
841 desenhar o nome é considerado alfabetizado, não é. O homem tem que ter
842 cultura, tem que ter discernimento, aí nós não vamos colocar esses políticos
843 fajutos aí no cargo não. Obrigado, bom dia, desculpa a fala.” Conselheira
844 Heloísa Cristina Notini Greco: “Antes do encerramento, Senhor Presidente,
845 gostaria de pedir o registro de abstenção na aprovação da ata da reunião
846 anterior pela ausência. Eu não estava ainda de posse, obrigada.” Presidente
847 José Oswaldo Furlanetto: “Fica registrado. Então podemos então partir para
848 o encerramento? Queria também deixar aqui para a Supram que existe um
849 pedido do Conselho, mais especificamente do Conselheiro Camilo, que se
850 fizesse o levantamento das estações, dos municípios que estão
851 contemplados com o tratamento de esgoto, com as suas ETES e o
852 percentual e o grau de abrangência, o percentual de abrangência em cada
853 município. Que se trouxesse isso para a próxima reunião, se possível, esse
854 parece que foi o pedido do Conselheiro, que de minha parte acho que é

855 importantíssimo que o Conselho todo tenha essas informações em mãos
856 para poder na prática também estar cobrando junto à sociedade e porque
857 não dos administradores públicos. **8. ENCERRAMENTO.** Queria agradecer
858 mais uma vez a presença dos Conselheiros e Conselheiras nesta reunião,
859 queria agradecer também os membros, os servidores públicos da Supram
860 Alto São Francisco, diretoria técnica e jurídica, queria agradecer os
861 presentes, os empreendedores, consultores. Bem, e que todos tenhamos um
862 bom final de semana e até o próximo mês, se deus quiser. Bom dia a todos.

863

864

865

**** **

866

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

867

868

869

870

Presidente José Oswaldo Furlanetto

871